A25 REFERENCIAL

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

AVENÇA • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA • Nº 20 / JULHO A SETEMBRO 90 / ANO 6

EDITORIAL

É difícil vaticinar qual o desfecho do conflito do Golfo. É até possível, dada a rapidez com que este pode evoluir, que, quando este boletim chegue às mãos dos nossos leitores, a situação já esteja profundamente alterada.

Fazemos votos para que seja alcançada uma solução negociada do conflito e que as acções de guerra sejam evitadas. Consideramos, no entanto, condição "sine qua non" que o Kuwait volte a ser um país soberano e independente e que o respeito pela integridade de qualquer país, por pequeno que ele seja, venha a ser confirmado, sem equívoco, pela acção conjunta da comunidade internacional sob a égide das Nações Unidas.

Como recentemente afirmou o Presidente de Cabo Verde, Aristides Pereira, perante as câmaras da nossa televisão, numa atitude de franqueza rara de se ouvir na boca de governantes de tal nível, os países pequenos, de que o seu era dado como exemplo, não têm qualquer capacidade militar de se opor a uma invasão perpetrada por um outro país claramente mais forte. A sua única defesa é o respeito, por todos os Estados, da ordem internacional estabelecida e reconhecida pela Nações Unidas, às quais se impõe uma acrescida intervenção na resolução negociada dos conflitos.

Não desejamos participar em qualquer polémica sobre a extensão e a oportunidade da participação portuguesa na concretização das decisões tomadas pelo Conselho de Segurança da ONU em relação ao Iraque.

Consideramos, no entanto, fundamental, aproveitar os acontecimentos, para retirar algumas conclusões com vista ao futuro.

Desde logo, parece-nos ser agora muito mais evidente, para a generalidade dos

(Continua na pág. 2)

FALECIMENTO DO DIRECTOR DO NOSSO BOLETIM

O Coronel Sacramento Marques, membro da Direcção da A25A desde Abril, tinha sido escolhido para o desempenho das funções de Director do nosso boletim.

A sua última acção no âmbito da nossa Associação, antes de adoecer gravemente, foi a organização e a elaboração do número anterior d' *O Referencial*.

É pois com profunda emoção que recordamos nesta páginas a personalidade fora do comum do Coronel Sacramento Marques, ex-director d'*O Referencial*.

Por estar em melhores condições de o fazer que qualquer outro, pedimos a colaboração do Coronel Carlos Fabião, que agradecemos.

Morreu o Sacramento Marques. A triste notícia, se bem que não de todo inesperada, não deixou de nos chocar profundamente por vir apagar, de vez, a chama de esperança que todos acalentávamos de o ver conseguir superar a doença que o prostrara. Habituados, como estávamos, a vê-lo vencer, com a força anímica e a determinação que o caracterizavam, os obstáculos e os desafios que a vida lhe foi apresentando no decurso dos anos, custava-nos aceitar que a morte o conseguisse arrebatar assim tão de repente. Porque foi tudo tão rápido, tão inopinado, que nem nos deu tempo a que nos fossemos acostumando à ideia de o perder. Se é que um homem se pode acostumar à ideia de perder um amigo.

Em pouco mais de um mês tudo se consumou. A morte conseguiu, em tão curto prazo de tempo, abater o homem forte que foi sempre, ao longo da vida, um lutador por excelência, um guerreiro que nunca se considerou vencido, que nunca virou a cara aos perigos e aos inimigos mantendo sempre, inalterável, a fé nos valores que coerentemente defendia.

Abril perdeu, com a sua morte, um dos seus mais ilustres capitães. Posto no comando do CIOE de Lamego, na mexida que se seguiu aos acontecimentos de 16 de Março de 1974, adere ao Movimento e em breve se torna uma da figuras mais representativas do influente Conselho da Arma de Infantaria. Após a minha eleição para CEME, convidei-o para chefiar o meu gabinete no EME onde, no desempenho desta função, viria a revelar, mais uma vez, as suas excepcionais qualidades de bom senso, coerência, competência, camaradagem e inexcedível lealdade. Aliás, competência, camaradagem e lealdade são os três vectores que melhor definem o carácter do militar Sacramento Marques, assim como Liberdade e Democracia constituiam as bandeiras de luta do cidadão exemplar que também foi.

Nos tempos conturbados dos primórdios da revolução de Abril, enquanto o CEME saltava de reunião para reunião, Sacramento Marques assegurou, no EME, o funcionamento normal e eficiente da pesada e complexa máquina mili-

(Continua na última página)

SUMÁRIO

Editorial	1
Falecimento do Director do Nosso Boletim	1
Novos corpos gerentes	2
As comemorações dos 700 anos da Universidade de Coimbra e o 25 de Abril	3
Memória e projecto da história recente	3
Ainda as comemorações do 25 de Abril	4
Evocando a nossa história	5
Mensagem da A25A ao Encontro Nacional do Movimento ZLAN	6
Oferta de livros à A25A	6
Documentos do nosso tempo	7
Plano Político do MFA	7
Um recado do século passado	11
Tribuna Livre	12
A oportunidade perdida	12
Mensagem à primeira Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau	13
Convites recebidos	14
Vamos aprender Bridge! (10)	15
Era da Liberdade	16
Três capitães de Abril	16
Sócios falecidos	16

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
2795 Linda-a-Velha

DIRECÇÃO:
João C. G. Falcão de Campos

IMPRESSÃO:
Tip. - Escola ADFA
Rua Artilharia Um
Telef. 65 35 93
1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

TIRAGEM:
5000 exemplares

ENDEREÇOS:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
2795 Linda-a-Velha

DELEGAÇÃO:
Apartado 678
4012 PORTO

DELEGAÇÃO DO CENTRO:
Apartado 3041
3000 Coimbra

NÚCLEO DO ALENTEJO:
Rua Bernardo Santareno, nº 2
Bairro das Nogueiras
7000 Évora

Depósito Legal Nº 32998/89

EDITORIAL

(Continuação da primeira página)

portugueses, que as nossas Forças Armadas têm uma capacidade limitada, quase simbólica, para participar em qualquer operação militar de envergadura, que implique a utilização pelos contendores de armamento moderno.

É assim que nos parece estar subjacente a quase tudo o que se disse ou escreveu em Portugal, nesta matéria, a pergunta: para que serve gastar uma quota parte não desprezável do Orçamento do Estado com as Forças Armadas, se depois não estão em condições de participar mais activamente em operações de guerra deste tipo?

Apesar da pergunta estar apenas subjacente, não tendo sido directamente colocada, ela está presente e, contudo, parece-nos que ainda ninguém respondeu cabalmente à mesma.

A crise do Golfo veio, assim, pôr o dedo na ferida.

Portugal é um País que há muito vem reservando à Defesa Nacional uma fracção dos seus recursos que não é a bastante para acompanhar a corrida dos armamentos, possível, por exemplo, em países com mais recursos e com menos preocupações no que diz respeito ao bem estar dos seus cidadãos, por muito ou pouco que esses se queixem.

Mesmo assim, as Forças Armadas gastam muito dinheiro. Não o suficiente para fazer figura numa emergência como a que agora atravessamos, mas demais para o esforço de desenvolvimento económico necessário para recuperar um atraso de decénios, em relacção aos outros países da Europa com que sonhamos alinhar.

Por isso, há que rediscutir tudo o que diz respeito à Defesa Nacional. Por muito que custe a políticos e a militares. Não pode haver tabus. E o primeiro talvez seja o do próprio conceito de Defesa Nacional, num país com as características de Portugal. Havendo a coragem de assumir posições e decisões, mas tendo presente que as Instituições, como as Forças Armadas, são feitas de pessoas que normalmente as serviram e servem o melhor que puderam e podem e, portanto, não podem ser as vítimas primeiras dessas decisões. Há que evitar o velho slogan "comeram-lhes a carne e deitaram fora os ossos".

Em vez de reestruturações e rearmamentos com material que será sempre aquele que deixa de ser usado pelas grandes potências, seria talvez muito mais realista orientar o esforço para tarefas, por ventura menos guerreiras mas certamente muito mais úteis para o País, como, por exemplo, a de um controlo efectivo do nosso espaço marítimo em tempo de paz, em que os nossos potenciais inimigos seriam pescadores estrangeiros não autorizados, contrabandistas, traficantes de droga ou outros pescadores de águas turvas! Ou uma protecção eficaz, para o que é necessário o devido enquadramento legal e a respectiva instrução, do território nacional no que respeita aos incêndios rurais que todos os anos são autêntico flagelo.

Tudo, evidentemente, coordenado com a necessidade de preparar o País para uma possível situação em que a sua soberania pudesse ser ameaçada.

E, estamos em crer, nem seria mais dispendioso. Feitos os estudos e a experiência até talvez se gastasse menos.

Pode ser difícil a aceitação da ideia de que, em termos militares, neste final do século XX, Portugal está mais próximo de Cabo Verde do que da Espanha.

Há que encarar, de frente, essa situação. Para a alterar seria necessário dispender um volume de recursos financeiros, que muito poucos em Portugal estariam dispostos a aceitar.

Portugal só ganhará se a anunciada reestruturação das Forças Armadas reconhecer a evidência demonstrada pelo conflito do Golfo e não se insistir nas soluções de meio termo, que não são eficazes, nem em termos de guerra moderna, nem úteis em tempo de paz.

NOVOS CORPOS GERENTES

Por lamentável lapso, na lista dos membros da Assembleia Geral, não foi mencionado o nome do sócio Victor Manuel F. Ribas de Lira, 1º Sarg. , como suplente, assim como saiu incompleto o nome do sócio José Augusto dos Santos Rosário Simões, TCor., Vogal suplente da Direcção, que entretanto assumiu as funções de Vogal efectivo em substituição do Coronel Sacramento Marques.

Aos nossos associados acima indicados e a todos os nossos leitores, apresentamos as nossas desculpas.

AS COMEMORAÇÕES DOS 700 ANOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA E O 25 DE ABRIL

O Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra em colaboração com a A25A, organizou no Pátio da Inquisição uma exposição intitulada "Memória e projecto da História recente", inserida nas comemorações dos 700 anos da Universidade, inaugurada em 4 de Julho de 1990 pelo Presidente da Republica, na presença de vários capitães de Abril. A exposição contou com o apoio do EME, EPC, RMC, etc, e foi coincidente com o Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais oganizado pelo Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia.

Na exposição podem-se observar cartazes, painéis, fotografias, cartas, documentos, jornais e revistas do período compreendido entre 1958 e 1976, espaço cronológico que é estudado pelo Centro; o espaço utilizado está dividido a meio por um labirinto que separa o Estado Novo do Estado Democrático, e simboliza a necessidade de cada um fazer individualmente a sua própria passagem da ditadura para a democracia

De entre o material exposto salientamos no exterior a chaimite "BULA" que em 25 de Abril de 74 transportou Marcelo Caetano, Rui Patrício e Moreira Batista do Quartel do Carmo para o Quartel da Pontinha. No interior, referências à PIDE, L.P. e propaganda do Estado Novo, letras manuscritas de canções de José Afonso e a última carta escrita de Espanha por Humberto Delgado, artigos de jornais cortados pela Censura, etc; na parte referente ao 25 de Abril, documentos da origem do MFA e da organização do 25 de Abril, fardas de Otelo e de Salgueiro Maia e o megafone utilizado no Largo do Carmo. Em televisores colocados no recinto, poderão ver-se imagens de todo o período considerado, em especial a campanha de Humberto Delgado nas eleições para a Presidência da República.

No acto da inauguração o Prof. Boaventura de Sousa Santos, Presidente do Conselho Directivo do Centro de Documentação, proferiu a intervenção que junto se publica.

Por fim, o Presidente da República, usando da palavra, considerou a exposição amplamente simbólica, primeiro pela recuperação do belo espaço do Pátio da Inquisição, e segundo por simbolizar a passagem do antigo para o novo regime; por fim, testemunhou em nome do Povo Português, a gratidão aos capitães de Abril ali presentes.

SALGUEIRO MAIA

MEMÓRIA E PROJECTO DA HISTÓRIA RECENTE

(PALAVRAS PROFERIDAS NA INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DOCUMENTAL SOBRE O 25 DE ABRIL, EM 4 DE JULHO DE 1990)

Passaram-se dezasseis anos sobre o 25 de Abril de 1974, um tempo vertiginoso, tão longo e afinal tão curto, um tempo sujeito a muitas têmperas que fizeram da última década e meia o mais complexo e aliciante período da sociedade portuguesa neste século.

Foi, acima de tudo, um tempo de curto circuito histórico que lançou o país e, afinal, todos nós no afã, tantas vezes desencontrado mas, em última instância, solidário, de cumprir de uma assentada as tão adiadas promessas da modernidade, fechadas pelo fascismo em gavetas de esquecimento e repressão e as perturbadoras promessas da pósmodernidade a que uma Europa serenamente em crise e em transformação profunda nos convocava.

Não poderia ter sido um tempo fácil de percorrer e, ainda menos, de interpretar. Dos muitos passos que demos só alguns parecem irreversíveis, outros parecem dados por outros em nosso nome e outros ainda apenas dados para nos mantermos parados. Estamos ainda suspensos de muitos fios de muitas meadas.

Não surpreende pois, que estes anos tenham sido férteis em discursos sobre a identidade nacional, sobre o sentido da nossa história, ou melhor, das nossas histórias ,sobre a crise da nação, enfim sobre o que é ser português num mundo que alguns descobrem agora, entre a surpresa e o desalento, ser tão pouco português.

É sociologicamente compreensível que depois de séculos a ver nos outros hiperbólicas diferenças de nós, nos confrontemos finalmente com o que somos despojados daquilo que se calhar nunca fomos, e analisemos as diferenças menos exaltantes mas mais reais que nos dividem por dentro e tornam mais difícil a partilha da liberdade e da justiça social. Mas se tais análises se compreendem e até se recomendam é importante por um lado, que procurem captar a especificidade da sociedade portuguesa mas não o façam com aprioris isolacionistas, sejam eles miserabilistas ou triunfalistas, e,por outro lado, que se não façam ao arrepio do contacto íntimo com os dados e os documentos. Só assim a imaginação sociológica que deve presidir à interpretação criativa e emancipadora da sociedade portuguesa não será desbaratada em fantasias de que mais tarde não seremos nós as únicas vítimas.

O que está verdadeiramente em causa é a criação de um novo senso comum sobre Portugal, uma atitude interpretativa e uma energia transformadora que se meçam equilibradamente com as nossas potencialidades e as nossas limitações e que, acima de tudo, não se restrinjam a modelos de desenvolvimento e de inovação social, que reprimem o nosso desenvolvimento e liquidam a nossa capacidade de inovação em nome de condições que não cumprimos nem podemos cumprir. Uma tal atitude e uma tal energia pressupõem muito simplesmente que assumamos uma relação cordial com Portugal e que nos recusemos a pagar os excessos de grandeza com a penitência de carências irremediáveis.

Para que tal relação seja possível são necessárias duas condições, ambas difíceis. Durante quase cinco décadas o Estado Novo engendrou para si um monopólio de interpretação sobre Portugal que expropriou o cidadão comum, individual ou colectivo, da sua capacidade de interpretar a sua sociedade e o seu quotidiano. Com o tempo, a expropriação da capacidade interpretativa converteu-se em renúncia à interpretação. Esta atitude, profundamente enraizada, não foi totalmente superada depois do 25 de Abril e, quiçá, algumas das vicissitudes da revolução dos cravos acabaram mesmo por a reforçar. Aqueles de nós que exercem a profissão da educação das gerações mais jovens experienciam quotidianamente o apego à renúncia à interpretação felizmente vivido cada vez mais contraditoriamente com o desassossego que toda a renúncia provoca.

É, pois, necessário - e esta é a primeira condição - vencer a barreira da renúncia, reencantar o hábito de interpretar e de o fazer frutificar em múltiplas comunidades interpretativas.

A segunda condição consiste na disponibilização dos dados e dos documentos sem os quais o sentido da interpretação não tem sentido. É esta também uma condição difícil. Somos descuidados a respeito do nosso património, das pessoas e das coisas, das acções colectivas e individuais que

(Continua na página 4)

(Continuação da página 3)

marcaram a nossa vida social. A revolução de Abril constitui o nosso mais recente e exaltante património de acção colectiva e também ele correu e talvez ainda corra o risco de ser desbaratado.

Ciente da muita documentação já destruída e de muita outra levada ao longo dos anos para o estrangeiro a Universidade de Coimbra entendeu que, sendo a Universidade portuguesa mais antiga, não podia escapar à sua responsabilidade cultural e científica a salvaguarda do património social mesmo o mais recente. E assim criou em 1985 o Centro de Documentação 25 de Abril. Reagimos tarde mas obviamente na crença de não o fazermos tarde de mais. E, de facto, ao longo destes anos, o Centro tem vindo a constituir pacientemente e com base na generosidade dos nossos muitos doadores - a quem publicamente presto homenagem - um fundo documental rico e diversificado que em breve será posto à disposição dos investigadores. O convénio celebrado há dois anos entre a Associação 25 de Abril e o Centro de Documentação nos termos do qual o Centro se tornou depositário da documentação doada à Associação pode vir a enriquecer e a diversificar ainda mais os nossos arquivos.

O acervo que constituímos é já hoje importante e indispensável para o estudo do 25 de Abril de 1974 e mais importante irá sendo à medida que a generosidade dos nossos doadores contagie e provoque a de muitos mais.

Daí que na minha qualidade de presidente do conselho directivo do Centro não possa perder esta oportunidade para fazer um apelo a tantos e tantos - pessoas e instituições - que têm em seu poder dados e documentos muitas vezes a ocupar espaço precioso e sujeitos a contínua deterioração para que os doem ao Centro de Documentação certos de que os perservaremos nas melhores condições e de que lhes garantiremos uma função social relevante.

Da generosidade que já conseguimos concitar e das energias organizativas que fomos acumulando é a exposição que vamos inaugurar um fruto ou uma amostra que pretendemos ser concludente. Executada por uma equipa técnica chefiada pela Drª Natércia Coimbra a cujo profissionalismo entusiasta presto as minhas homenagens e com o apoio activo e precioso da Câmara Municipal de Coimbra e particularmente da Senhora Vereadora da Cultura, Drª Teresa Portugal, a quem testemunho o meu público agradecimento, esta exposição constitui a primeira grande iniciativa pública do Centro de Documentação e também aquela que visa um horizonte público mais amplo que o que é próprio dos investigadores. Trata-se de uma exposição concebida para o grande público e muito particularmente para os jovens das escolas de todo o país que, estamos certos, a visitarão até ao final do ano. É uma exposição que quer acicatar o desassossego que nos provoca a renúncia à interpretação e oferecer pistas, muitas e amplas, onde cada um possa exercitar o gosto e a capacidade de interpretar.

E não é por acaso que esta exposição se inaugura durante a realização do Primeiro Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia. Para o bem e para o mal partilhámos séculos de história com povos de outros continentes. Foi tempo de nos conhecermos e de nos desconhecermos. Foi tempo de nos inscrevermos na pele uns dos outros e ao mesmo tempo nos mantermos tão diferentes e tão distantes. A revolução de 25 de Abril marca o início de um tempo novo virado para um conhecimento que visa o reconhecimento do outro, para a diferença que visa a solidariedade, para a distância que visa a proximidade no respeito mútuo. Esta exposição pretende ser a memória e a reafirmação desse tempo novo.

Ela aí está disponível para a vossa interpretação.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

AINDA AS COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL

OLIVEIRA DO BAIRRO COMEMORA O "25 DE ABRIL DE 1974"

Em Oliveira do Bairro, também se comemorou a Revolução dos Cravos, numa organização de um grupo de moradores.

Às 8 h da manhã do dia 25 houve uma "salva" de 21 tiros seguindo-se uma arruada pelo grupo Tuna do Patusco do Silveiro. Frente à Câmara Municipal realizou-se 1ª Estafeta dos Cravos.

De tarde realizou-se um Rally Paper e à noite cerca de 300 pessoas estiveram num jantar convívio no restaurante "O Capricho" em Oiã e no qual esteve presente o Presidente da Câmara. No final do jantar actuou um conjunto de Coimbra que interpretou fados de Coimbra.

"OS ÍLHAVOS" FESTEJARAM O "25 DE ABRIL"

Na vila de Ílhavo a Associação Cultural e Desp. "Os Ílhavos" realizou um programa desportivo integrado nas comemorações do 25 de Abril.

No dia 24 realizou-se um torneio de "Sueca", tendo o clube oferecido várias taças. Na manhã do dia 25 e após o hastear das bandeiras da Vila, do clube e de Portugal, realizou-se um torneio de "Malha", seguindo-se uma prova/passeio de bicicleta por todo o Concelho na qual se integraram muitos jovens.

GRUPO DE RESIDENTES EM ÍLHAVO FESTEJA O 25 DE ABRIL NO "CASCI"

Mantendo uma tradição de há alguns anos, um grupo de moradores de Ílhavo, voltou a juntar-se na Exploração Agrícola do Centro de Apoio Social do Concelho de Ílhavo, onde além do já tradicional almoço, se lembram os anos passados antes e depois de 1974 e se realizam torneios de malha nos terrenos anexos ao Centro.

Mais de 100 pessoas voltaram a encontrar-se e não "olhando" a partidos reafirmaram, mais uma vez, quanto foi importante o 25 de Abril não só para eles como também, e principalmente, para a juventude.

EVOCANDO A NOSSA HISTÓRIA

MANUEL FERNANDES TOMÁS

JURISCONSULTO E POLÍTICO, O MAIS NOTÁVEL DOS INSPIRADORES E ORGANIZADORES DA REVOLUÇÃO DE 1820. CONSIDERADO O PATRIARCA DAS LIBERDADES EM PORTUGAL.

Nasceu na Figueira da Foz a 30-6-1771 e morreu em Lisboa a 19-11-1822.

Em Coimbra, aos 20 anos, recebia o grau de bacharel em Cânones.

Dedicando-se à advocacia, praticou com vários jurisconsultos de Lisboa e embrenhou-se em estudos de direito.

A 30-8-1792 era nomeado síndico e procurador fiscal do município da Figueira da Foz, sendo vereador desde 1795 a 1798.

Em 1801 foi nomeado juíz de fora de Arganil, notabilizando-se pelo seu carácter austero.

Em 1805 foi nomeado Superintendente das Alfândegas e dos Tabacos nas Comarcas de Leiria, Aveiro e Coimbra.

Quando ocorreu a invasão francesa de 1807 retirou-se dos cargos que ocupava.

Em 1808, quando do desembarque das forças inglesas comandadas por Wellington, foi indigitado para tratar com o comandante inglês, das necessidades do exército.

Em 1809, foi nomeado Provedor da Comarca de Coimbra, sendo em 1810 nomeado Intendente dos Mantimentos no Quartel-General de Beresford, cargo em que desenvolveu intensíssima actividade.

Em 1811, tão importantes serviços prestou junto do exército que sitiava as tropas napoleónicas em Badajoz, que lhe foi dada a categoria de desembargador honorário no Porto, não se lhe concedendo a efectividade por não ter ainda completado o triénio de provedor.

De 1812 até o findar da Guerra Peninsular, em 1814, esteve em Coimbra onde começa a tomar vulto no seu espírito um plano para a recuperação do nosso País, então em crise grave.

Em 1817, a condenação à morte de Gomes Freire de Andrade, entre outros, veio colocar no primeiro plano o problema da situação política de Portugal, reduzido à situação de colónia da sua colónia sul-americana e dominado económica e politicamente pelos ingleses.

Nesse ano foi para o Porto assumir a efectividade do seu cargo de desembargador da Relação e aí começou os trabalhos preparatórios da sua acção política.

A 22-1-1818, no seguimento de conversações anteriores, fundava com Ferreira Borges, José da Siva Carvalho e João Ferreira Viana um grupo que recebeu o nome de **Sinédrio**, com o objectivo de observar os acontecimentos e tomar "o pulso às tendências e aspirações do espírito

(Enc. Port. Brasileira)

público".

No dia 22 de cada mês reuniam-se num jantar na Foz. Obrigavam-se a guardar segredo.

Ferreira Borges era advogado da Relação e secretário da Companhia dos Vinhos do Alto Douro; José da Silva Carvalho, Juíz dos Orfãos; João Ferreira Viana, comerciante.

Mais tarde foram admitidos novos membros, entre os quais, Bernardo Sepúlveda, oficial do exército.

A ausência de Beresford, que embarcou para o Rio de Janeiro em fins de Março de 1820, para receber mais amplos poderes e mais meios financeiros, facilitou os trabalhos revolucionários.

Obtiveram-se importantes adesões de:

- Brigadeiro Pinto da Fonseca, irmão do Conde de Amarante, Governador das Armas de Trás-os-Montes;

- Coronel Sebastião Drago Cabreira, Comandante da Artilharia do Porto;

- Coronel Teixeira de Barros, comandante de Infantaria;

- Marechal de Campo Magalhães e Lacerda;

- Frei Francisco de S. Luís,professor da Universidade.

Como foi planeado,às primeiras horas da manhã do dia 24 de Agosto de 1820, formaram as tropas no Campo de Santo Ovídio na cidade do Porto; Bernardo Sepúlveda e Sebastião Cabreira leram duas proclamações, em que se afirmava o intuito de "com os nossos irmãos de armas organizar um governo provisional que chame as cortes a fazerem uma constituição", declarando que se irá governar em "uma carta de D. João VI" e que a " religião será guardada".

À tarde, na Câmara Municipal, foi constituida a "Junta Provisional do Governo Supremo do Reino", composta por quinze pessoas.

Nela figuravam, entre outros, Fernandes Tomás na qualidade de vogal pela magistratura; Frei Francisco de S. Luís, como vogal pela Universidade; Ferreira Borges e José da Silva Carvalho, secretários com voto.

Em Lisboa constituiu-se um governo interino; e depois de um período de divergências, a 27 de Setembro os dois governos fundiam-se num só, que se sub-dividiu em duas juntas: a "Junta provisional do Supremo governo do reino" que se encarregou da administração pública em todos os seus aspectos, e a "Junta provisional preparatória das Cortes", para proceder à elaboração da Constituição.

Manuel Fernandes Tomás fez parte da primeira, como Ministro do Reino e da Fazenda, tendo como auxiliares Ferreira Borges e José da Silva Carvalho.

Todas as classes sociais apoiaram aquilo que no movimento significava afirmação de independência nacional e de reposição da relação entre a metrópole e o Brasil. A divergência surgiu no que respeitava ao propósito de reorganizar o Estado - de "regenerar a Pátria".

Quando da fusão dos dois governos, o do Porto e o de Lisboa, num só, foi dada representação ao clero, à nobreza e às profissões liberais na Junta provisional.

Esta restringiu o seu papel à gestão dos assuntos correntes da administração pública e à remoção dos obstáculos à rápida reunião das Cortes.

António da Silveira, presidente da Junta do Porto, apresentou em Leiria a declaração da dissolução da Junta, cujos membros seriam enviados para os postos que lhes competiam nas respectivas profissões. Fernandes Tomás iria para a Casa da Suplicação, em Lisboa. Os membros da Junta, porém, reagiram: nenhum aceitou o despacho da respectiva nomeação, e todos declararam que só perante as Cortes deporiam o seu mandato.

A seguir, em Alcobaça dava-se segundo tentame do mesmo género, dirigido desta vez pelo Coronel Cabreira.

(Continua na página 6)

(Continuação da página 5)

Deu-lhe fim o Coronel Sepúlveda, que à frente das suas tropas fez uma entrada triunfal em Lisboa em 4-10-1820.

A 11 do mesmo mês os grandes titulares, os prelados e os presidentes dos tribunais juraram obediência à Junta, ao Rei, às Cortes e à Constituição que estes fizessem.

Beresford, por esse tempo, regressava do Rio de Janeiro com fortes poderes outorgados por D. João VI, mas não lhe foi permitido desembarcar em nenhuma parte do território português.

Entretanto, tratava de se impor a corrente militarista e conservadora que, em oposição às ideias de Fernandes Tomás, queria limitar a acção do movimento à expulsão dos oficiais ingleses, ao regresso do monarca e à convocação das Cortes segundo a forma tradicional.

Para derrubar Fernandes Tomás, esta facção aliou-se paradoxalmente com os liberais mais exaltados que preconizavam que as eleições se fizessem segundo a forma estabelecida pela Constituição de Cádiz, diferente da que a Junta Provisional decretara nas Instituições eleitorais de 31 de Outubro. Daí o pronunciamento militar de 11-11-1820., conhecido por"martinhada".

Obtido o transitório triunfo da "martinhada", as duas correntes opostas, que nela se haviam reunido, voltaram ao seu natural antagonismo. Gerou-se um clima contrário a ela, e daí, aquilo a que se poderia chamar a "anti-martinhada" de 17 de Novembro.

A 16, o Coronel Sepúlveda recebera um ofício assinado por numerosos indivíduos de diversas classes, no qual lhe pediam que restituísse ao país "a antiga paz, desafrontando a liberdade, que se achava oprimida"; e a 17 reunia-se no Quartel General um conselho militar, que aconselhou que reentrassem no governo, Fernandes Tomás (e os restantes membros obrigados a pedirem a demissão), e que se seguisse o sistema eleitoral da Constituição de Cádiz, e que tudo o mais que nesta determinava se não pusesse em prática até à reunião das Cortes.

Em Janeiro de 1821 eram inauguradas as Cortes Constituintes.

Na terceira sessão (29-1-1821) Fernandes Tomás propôs que, dada a próxima chegada do monarca, se esforçassem, por que "ao menos as bases da constituição estivessem formuladas e adoptadas, para haver que jurar". A proposta foi aprovada.

A 3-7-1821 entrava D. João VI noTejo; a 4 jurava as bases da Constituição no Paço das Cortes, às Necessidades; e no dia seguinte, entrava em exercício o novo regime constitucional.

A obra do Congresso fora essencialmente legislativa; mas ele teve por vezes de se ocupar de questões políticas, como a laboriosa solução da crise ministerial de 31-8-1821, provocada pelas censuras de Fernandes Tomás ao Ministério.

A Constituição foi jurada por D. João VI em 23-9-1822 e publicada em 30-9-1822.

A Constituição de 1822 consagrou os seguintes princípios:

- Os direitos naturais do Homem e do Cidadão;
- A liberdade e a igualdade perante a lei;
- A soberania nacional e o governo representativo.

Terminou, pois, com o poder absoluto do monarca e com os privilégios senhoriais.

Na terceira sessão preparatória das primeiras Cortes ordinárias, realizada a 20-11-1822, o presidente, Braancamp, deu a notícia de que na véspera havia falecido Manuel Fernandes Tomás, que, disse ele, fora "defensor dos direitos da nação, empreendera e conseguira regenerá-la".

Morava no nº 2 da Rua da Caldeira, a Santa Catarina, em Lisboa.

BARBOSA PEREIRA

(Fonte: Enciclopédias Portuguesa Brasileira e Luso-Brasileira)

Mensagem da Associação 25 de Abril ao IV Encontro Nacional do Movimento ZLAN - Zonas Livres de Armas Nucleares

Embora ainda encontre a resistência de algumas potências com grandes responsabilidades a nível mundial, está cada vez mais difundida a ideia que as armas nucleares são em si um perigo para a humanidade e que devem ser progressivamente eliminadas da face da terra.

São conhecidos os argumentos dos que dizem vivermos há 45 anos sem uma guerra a nível mundial devido precisamente à existência das armas nucleares. O que é impossível provar. E é preciso não esquecer que esse facto não impediu o desencadear de sucessivas guerras localizadas um pouco por todo o Mundo, com as inevitáveis consequências de morte e de destruição.

As razões das grandes e até de pequenas potências, quando tratadas ao nível dos Estados, parecem pois impedir aquilo que é o desejo da grande maioria das populações, isto é, não terem de viver sob a ameaça permanente do holocausto nuclear.

É pois uma acrescida missão dos poderes intermédios, de entre os quais as autarquias têm um papel primordial, levar os Estados a fazerem aquilo que parece não terem coragem para levar avante, a desnuclearização dos seus territórios.

A Associação 25 de Abril, nascida de uma revolução que se fez sobretudo para trazer a paz aos portugueses, não pode deixar de estar com todos os que lutam para que essa paz seja total e permanente, o que não é possível enquanto as armas nucleares puderem aparecer no nosso território à mercê da vontade de um qualquer governante ou de uma qualquer maioria ocasional.

Cordiais saudações

O PRESIDENTE DA DIRECÇÃO
Vasco Correia Lourenço

OFERTA DE LIVROS À A25A

- LIVRO DE FOTOGRAFIAS DOS ANOS 30 DE ZAMBRANO GOMES
Oferta da Câmara Municipal de Moura

- BROCHURA: "SOU TIMORENSE"
Oferta de A Paz é possível em Timor Leste

- BAIXA DA BANHEIRA E SEUS TOPONIMOS
Oferta da Câmara Municipal da Baixa da Banheira

- NEOLIBERALISMO - Ideologia Moderna ou Regresso ao Passado
Oferta da Intervenção Democrática

- HOMENAGEM AO ESCRITOR JOAQUIM NAMORADO 1 e 2 Volumes
Oferta da Câmara Municipal da Figueira da Foz

- MEMÓRIA

- CANTIGAS DE DESENFADO PARA A MINHA 'MISSA' DOMINICAL CANTADA
Oferta do autor - A. Garibaldi

- AS MULHERES ASSALARIADAS

- O IMPÉRIO COM PÉS DE BARRO - COLONIZAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO AS IDEOLOGIAS EM PORTUGAL

- A CRUZ E A ESPADA EM MOÇAMBIQUE
Oferta do apoiante Artur Raul da Silva Marques

DOCUMENTOS DO NOSSO TEMPO

Decidiu em boa hora, o Sacramento Marques, no número em que foi director de "O Referencial", abrir a presente rubrica.

Porque concordamos totalmente com a ideia, queremos continuá-la.

Por isso, aqui renovamos o pedido por ele formulado: Quem tiver depoimentos ou documentos que possam ajudar a escrever melhor a História, tem as nossas páginas à sua disposição.

Publicamos hoje um documento que será talvez um dos poucos que se mantêm inéditos.

Vivia-se o chamado "Verão quente de 1975". Depois da queda do 5º Governo Provisório, o Presidente da República, General Costa Gomes, pedira a alguns elementos do "Grupo dos nove" que encontrassem uma solução para um novo Governo. Contactado o General Carlos Fabião (então Chefe do Estado Maior do Exército), o mesmo aceitou presidir ao novo Governo, começando-se a elaborar um documento que serviria de base ao seu programa, ao mesmo tempo que se iniciavam diligências para escolher o respectivo elenco.

Não interessa, hoje, analisar as razões que inviabilizaram a hipótese desse Governo e as várias peripécias que então se viveram.

Recordemos, apenas, o documento que elaborado por alguns dos "nove" em seu nome (Vasco Lourenço, Melo Antunes, Vitor Crespo, Vitor Alves), discutido e burilado com o Otelo Saraiva de Carvalho (que aprovou, mas quis discutir com os seus "homens do Copcon" - o que provocou uma forte discussão e a não aprovação pública do mesmo pelo Otelo), acabaria por ficar no prelo, pois morreu juntamente com a hipótese do "Governo Fabião".

PLANO POLÍTICO DO MFA

Introdução

1. A elaboração do presente Plano Político do MFA corresponde à necessidade, sentida por largas camadas do povo português, da definição, ainda que em grandes linhas, de um **projecto político** alternativo, capaz de lançar, na prática, um verdadeiro **projecto nacional de transição pacífica para o socialismo**, adequado à realidade concreta e extremamente complexa da formação social portuguesa e da conjuntura presente.

Projecto político alternativo, porque decorre de uma reflexão crítica profunda e uma rejeição radical do actual grupo dirigente e do modo como tem exercido o poder político, seus objectivos tácticos e estratégicos, sua base social de apoio e seus pressupostos quanto à articulação de poderes na actual situação política.

A crítica da situação presente, ainda que a traços largos e referida apenas ao essencial, foi já objecto do chamado "Documento dos Nove", inicialmente formado por oficiais que colheram a sua legitimidade revolucionária do papel histórico desempenhado no 25 de Abril de 1974, e que teve posteriormente a adesão de uma ampla maioria das Forças Armadas. Ali se apontam raízes de um mal que se não cura mediante quaisquer proclamações demagógicas ou apelos a uma "unidade" que tem servido tão somente o consolidar de posições políticas minoritárias, dogmáticas, sectárias e ávidas de poder, sendo por isso, elas sim, profundamente divisionistas e anti-nacionais.

A crise grave que atravessa a nossa Revolução deve ser encarada frontalmente a todos os seus níveis e atacada nas suas raízes, sem preconceitos ideológicos nem com espírito de cega obediência a catecismos, por maior autoridade com que se apresentem os seus autores. Efectivamente, quando se obscurece e deturpa, através de obcessivos estereotipos ideológicos, desrespeitando o princípio científico da análise correcta das situações concretas, a realidade profunda da situação dramática a que se chegou em Portugal, está-se a trair a própria Revolução e a abrir caminho ao retorno a formas fascizantes de poder do Estado, pelo descrédito e hostilidade aberta por parte de largos estratos sociais a que se está a condenar a "esquerda" e as "propostas socialistas" neste país.

O aparecimento de um **projecto nacional de transição pacífica para o socialismo** em Portugal traduz, portanto, a necessidade de consolidação de um amplo bloco social, base de verdadeiro bloco histórico de sustentação do processo de transformações radicais e irreversíveis no sistema das relações de produção e de poder da sociedade portuguesa.

Com efeito, para agir sobre a sociedade portuguesa, é necessário ter em conta a realidade concreta desta sociedade, em que além da classe operária (operariado urbano e rural), aparece como muito importante o peso específico dos diversos estratos da pequena - burguesia, predominante em termos de efeitos políticos e sociais; e com importância que não pode ser desprezada, o peso de largas camadas da média burguesia não detentora dos grandes meios de produção. E se o 25 de Abril pôde mobilizar a maior parte da pequena - burguesia urbana e rural (funcionários, pequenos e médios proprietários, etc.) e mesmo de parte muito apreciável da média burguesia (técnicos qualificados, gestores, altos funcionários), em torno de um projecto político libertador, que progressivamente se foi depurando de certos compromissos iniciais que entravavam a dinâmica do Movimento definindo-se cada vez mais claramente no seu profundo sentido socialista (e não pode ser esquecido nesta evolução o papel desempenhado pela movimentação dos estratos do operariado mais imbuídos de consciência proletária de classe e das formas de organização autónoma de base que foram surgindo espontaneamente), o certo é que assistimos hoje à rutura desse bloco social, e à consequente hostilidade da esmagadora maioria da pequena-burguesia, tanto urbana como rural, das camadas da média burguesia inicialmente aderentes, bem como de largos sectores do operariado urbano e assalariados rurais (sendo de incluir aqui a maior parte dos elementos das classes trabalhadoras que emigravam e cuja importância na economia nacional é bem conhecida), ao projecto político do actual grupo no poder.

Há, pois, que restabelecer a perspectiva histórica do 25 de Abril e que nos arriscamos hoje a perder irremediavelmente, por miopia política e confiança cega no princípio escolástico do poder hegemónico de certas vanguardas auto-nomeadas revolucionárias (só possíveis através da organização de um forte aparelho repressivo, isto é, através de esquemas totalitários de organização do Estado e não estabelecendo a hegemonia por processos de consenso e legitimação). Se é urgente captar novamente a confiança das referidas camadas sociais, levando-as progressivamente a aceitar e participar no processo revolucionário, tal não será conseguido mediante ataques sistemáticos à cultura própria desses estratos sociais nem ameaças permanentes ao seu equilíbrio sócio-económico, sem alternativas viáveis.

Neste sentido, dever-se-á inferir que no processo de transição para o socialismo, se reconhece claramente que o papel da pequena-burguesia implica a aceitação da sua subsistência como camada social de

(Continua na página 8)

(Continuação da página 7)

primordial importância das classes trabalhadoras (sendo de lembrar aqui a grave contradição decorrente da existência de estratos inferiores da pequena burguesia vivendo em piores condições materiais do que certos estratos superiores da classe operária e a desigual capacidade reivindicativa destes diferentes grupos sociais), bem como o reconhecimento de zonas do sistema económico subalternizadas relativamente à instância dominante (a economia planificada) em que se mantenham formas de iniciativa privada.

Mas o bloco social de apoio que apresentamos como única alternativa histórica viável para a construção do socialismo em Portugal, tem um outro pilar fundamental, que é a **organização autónoma das fracções mais avançadas das classes trabalhadoras.**

Efectivamente, um modelo de socialismo que à partida se define por uma recusa de modelos burocráticos e dirigistas, terá que apoiar-se nas **organizações de base** que o movimento operário tem vindo espontaneamente a produzir. Mas, aqui, dois perigos são de ter em conta: o primeiro, é a manifestação dessas organizações por vanguardas dirigistas e auto-proclamadas como representativas das classes trabalhadoras; o segundo, a vocação totalizante do espaço do poder por estas organizações (comissões de moradores, de trabalhadores, concelhos de aldeias, etc.), devem, nesta fase, articular-se, e não procurar substituir, esmagando-as, as instituições de democracia representativa.E mais: só garantindo as instituições democráticas representativas a todos os níveis políticos é que se poderá avançar na experiência da constituição e organização destas iniciativas de base a caminho de formas superiores de organização num futuro Estado socialista realmente democrático. A democracia pluralista (que, em si mesma, não é burguesa nem proletária, mas sim uma conquista histórica que deve ser apropriada pela revolução socialista) é, no fim de contas, nesta fase histórica de transição, a garantia mais eficaz do desenvolvimento autónomo das organizações populares de base.

A articulação entre as iniciativas de organização autónoma das classes trabalhadoras e destas com as instituições de democracia representativa, bem como a tarefa histórica da constituição do bloco social de apoio à Revolução, são as questões centrais que se põem nesta fase de transição pacífica para o socialismo.

O projecto político aqui esboçado é uma primeira tentativa de resposta a estas mesmas questões.

2. Esta proposta política demarca-se claramente tanto da social-democracia que pretende gerir o capitalismo arrancando do sistema as concessões que não ponham em causa as próprias relações de produção capitalistas, como dos modelos socialistas que, funcionando pela repressão e não pelo consenso, acabam por ser incapazes de fundamentar outro modelo de sociedade que não seja um capitalismo de Estado opressivo e burocrático.

Esta proposta política assenta numa análise da realidade concreta portuguesa, das relações de classe realmente existentes neste país e dos seus efeitos políticos e ideológicos. Não nega a realidade: procura transformá-la, de forma não dogmática, a caminho duma sociedade verdadeiramente liberta da alienação, da injustiça, da opressão e da exploração; a caminho duma sociedade sem classes, verdadeiramente livre e humana, em que o socialismo não seja apenas medido em termos economicistas, referido às condições materiais de existência mas sobretudo o resultado duma profunda concepção humanista da vida e do homem.

O desenvolvimento desta proposta, aos diferentes níveis que a conjuntura presente determina, é o objecto do presente documento.

No plano político, há que dotar a sociedade portuguesa de um poder de Estado que garanta a transição pacífica para o socialismo, em pluralismo e democracia. Estes objectivos só serão alcançados mediante:

a) A autonomia política e ideológica do MFA em relação aos partidos, constituindo-se a coesão do MFA em torno de um projecto socialista original, adequado à realidade portuguesa (recusando, portanto, a transferência mecânica de experiências alheias) e garante da independência nacional.

b) A detenção (ainda que transitória) do poder político pelo MFA, apoiado nos partidos e nas organizações de base das classes trabalhadoras, o qual delegará nas várias instâncias parcelas desse mesmo poder, definindo tão rigorosamente quanto possível esferas de competência e modo de exercício da autoridade delegada.

3. As mudanças que se impõem, quer a nível do MFA, quer a nível da organização do Estado, quer ainda a nível político, económico e social, de modo a tornar viável o presente projecto político, implicam um conjunto de vastas medidas que se enunciam seguidamente:

I - A nível do MFA

a. Dissolução imediata da actual Assembleia do MFA e sua substituição, nos próximos três meses, por uma Assembleia de delegados com representação proporcional aos três ramos das F.A., em termos quantitativos e de implantação territorial, com funções consultivas e informativas e sujeita a regras estritas de funcionamento e disciplina interna consagradas em regimento próprio, mantendo, no entanto, as funções deliberativas que lhe são cometidas pela Lei nº 5/75.

b. Reorganização do Conselho da Revolução: na sua qualidade de orgão supremo do MFA, dele emanarão as grandes linhas de orientação política, reunindo periodicamente para tal fim e não interferindo nos assuntos correntes da administração, assumindo assim o papel dirigente da Revolução. A composição do C.R. passará a ser a seguinte:

- Presidente da República
- Primeiro Ministro
- Vice-Primeiro Ministro, Ministro da Administração Interna, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ministro da Comunicação Social, quando militares.
- Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas
- Chefe do Estado Maior do Exército
- Chefe do Estado Maior da Armada
- Chefe do Estado Maior da Força Aérea
- Comandantes das Regiões Militares do Continente (4)
- Representantes do MFA (4)

c. Dissolução imediata da 5ª Divisão/ /EMGFA.

Será criada, na dependência do EMGFA, uma Divisão de Assuntos Civis e Relações Públicas que descentralizará a sua actividade em repartições a criar no âmbito dos Estados Maiores dos três ramos das F.A.

d. Competirão aos Chefes de Estado Maior dos três ramos das F.A. e aos 4 representantes do MFA no C.R., sob a superior orientação do CEMGFA, os estudos conducentes à reorganização interna do MFA bem como os referentes à disciplina militar e estrutura das próprias F.A., os quais deverão estar terminados na data de entrada em funcionamento da Assembleia do MFA.

Durante o período intercalar, as estruturas do MFA funcionarão segundo as instruções precisas emitidas pelo CEMGFA e regulamentadas pelos CEM dos três ramos das F.A..

e. Transferência gradual das tarefas de

defesa da revolução até ao presente cometidas ao COPCON para o Estado Maior General das Forças Armadas.

f. A reclassificação do pessoal das Forças Armadas e Forças Militarizadas será feita com base exclusiva no mérito profissional.

As reclassificações, obedecendo ao princípio geral enunciado, respeitarão as normas de justiça militar, dando sempre lugar a inquérito individual do qual caberá recurso.

II - A nível de organização do Estado

a. Reconhecimento da função eminentemente patriótica e nacional da Assembleia Constituinte na elaboração da Constituição e garantia formal de respeito pela Constituição que vier a ser aprovada, de harmonia com a plataforma de acordo.

b. Considerando o papel original e fecundo que no processo da transição para o socialismo tem a iniciativa criadora das massas, desde já se reconhece a carácter profundamente revolucionário e as potencialidades de que são portadores para a construção do modelo de socialismo para que aponta este projecto, das organizações democráticas de base (comissões de trabalhadores, comissões de moradores, conselhos de aldeia, etc.), desde que assegurados os mecanismos que garantam o seu funcionamento apartidário.

c. Clarificação muito rigorosa da questão das relações "poder político-poder militar", e liquidação das indeterminações em matéria de proliferação de "centros de poder".

Sendo certo que, na fase de transição em que nos encontramos, a questão do poder político passa pela estabilização das relações de poder no interior do MFA e que é ao MFA que compete o essencial do exercício do poder enquanto motor da Revolução, o Governo, nesta perspectiva é um orgão que assume parte do poder que lhe é delegado pelo MFA através do Conselho da Revolução.

Nestas condições, o exercício do poder executivo é da exclusiva responsabilidade do Governo e seus agentes, nele não podendo interferir outras instâncias políticas ou militares.

Onde e quando se revelar necessário, serão criadas e impulsionadas estruturas político-militares com funções de apoio à acção governativa, nos seus diferentes escalões.

d. Formação de um novo Governo subordinado aos seguintes princípios:

(1) Primeiro Ministro militar escolhido pelo Presidente da República após consulta do Conselho da Revolução.

(2) O Primeiro Ministro pode escolher entre 2 a 4 Vice-primeiros Ministros (civis ou militares, mas nunca representantes de partidos) responsáveis por áreas determinadas do Governo, tendo em vista um maior grau de operacionalidade do executivo.

(3) Os Ministros, Secretários e Subsecretários de Estado serão escolhidos entre personalidades de reconhecido mérito e competência, e não entrarão para o Governo representando partidos.

A composição do governo não terá, portanto, de reflectir necessariamente e formalmente a composição da Assembleia Constituinte, embora deva ser tomada em consideração a actual relação de forças a nível partidário no panorama político português, que reflecte em larga medida a vontade expressa da população.

(4) Até à entrada em vigor da futura Constituição, só o Presidente da República, ouvido o Conselho da Revolução, tem competência para destituir o Primeiro Ministro ou dissolver o Governo.

e. Imposição efectiva de condições e aplicação de medidas práticas, por parte do Governo, que impeçam a apropriação, pelos partidos ou outras organizações, do aparelho do Estado.

f. Estabelecimento de garantias de uma real independência e dignificação do poder judicial.

Para a realização deste objectivo torna-se imperiosa a elaboração muito urgente de legislação que configure um novo ordenamento jurídico, reflectindo as transformações profundas (políticas, sociais e económicas) que se foram e vão operando no país, ao qual deverá ser garantido o mínimo de estabilidade e segurança para poder ser eficaz.

A este problema está directamente ligado o da ordem e autoridade revolucionárias que jamais serão exercidas sem um aparelho jurídico efectivamente adaptado às mudanças operadas na ordem político-social e económica pré-existente.

g. Reestruturação dos "Serviços de Direcção e Coordenação de Informações" e montagem imediata de um novo departamento de informações, com dependência do C.R. através do CEMGFA e que dê garantias de independência relativamente aos partidos ou quaisquer outras organizações.

h. Reorganização muito urgente das forças militarizadas (PSP, GNR, GF), por forma a dotar o governo de instrumentos efectivos e operacionais de exercício de autoridade e preservação da ordem pública, devendo as F.A. ser reservadas para as suas funções operacionais específicas, no mais curto prazo de tempo possível.

III - A nível político

a. Elaboração muito urgente de legislação tendo em vista a normalização da situação nos meios de comunicação social dependentes do Estado, impedindo-se o seu controlo por partidos políticos e visando a reestruturação do sector.

Para tanto, torna-se necessário:

- suspensão imediata, embora temporária, de todos os jornais dependentes do Estado;
- supervisão directa pelo Governo dos programas da RTP e E.N. também temporariamente;
- reorganização imediata da ANOP.

b. Envio a tribunal, em prazo muito curto, dos processos de todos os presos por motivos políticos, civis ou militares e aplicação imediata da lei nº..... relativa aos membros e informadores da ex-PIDE/DGS.

Libertação de todos os detidos contra os quais não existe culpa formada.

c. Impulsionar os estudos e trabalhos referentes a um novo ordenamento do Território, encorajando-se, do mesmo passo, as iniciativas tendentes à descentralização de estruturas administrativas e de planeamento.

d. Normalização da vida administrativa das autarquias locais pela substituição de comissões administrativas quando não representativas, até à realização de eleições.

Ensaio de formas de articulação, nas autarquias locais, do modelo representativo tradicional com o modelo nascente de democracia de base.

e. Estabilização das tensões no interior das diferentes estruturas do aparelho de estado, nas empresas e na sociedade em geral, não permitindo a continuação de saneamentos "selvagens" ou obedecendo a critérios partidários muitas vezes executados segundo métodos policiais iníquos, procurando-se assim a criação de condições para o estabelecimento de um clima de concórdia, confiança e tolerância na sociedade portuguesa.

(Continua na página 10)

(Continuação da página 9)

IV - A nível económico e social

a. A grave crise que atravessa a economia portuguesa tem vindo a ser explicada em termos demasiado simplistas de manobras concertadas do capitalismo nacional e internacional e prática sistemática de actos de pura sabotagem económica.

Ainda que tenha de reconhecer-se que o desmantelamento do sistema capitalista tem provocado, a coberto de falsas ideologias e de inconfessáveis interesses, numerosos actos gravemente lesivos da economia nacional, é necessário e urgente explicitar quais os principais problemas económicos e sociais que se têm de defrontar, enunciando objectivamente as suas causas mais próximas, cujo conhecimento não pode mais ser ignorado pelo povo português, e definir os parâmetros de enquadramento que devem balizar um verdadeiro projecto de reconstrução da economia nacional.

b. A consulta dos últimos indicadores disponíveis da actividade económica, bem como os resultados dos estudos sectoriais conhecidos,evidencia, com meridiana claridade, que os principais problemas da economia portuguesa se podem, ainda que sinteticamente, enunciar da forma seguinte:

- Redução acentuada e progressiva da actividade económica;
- Aumento substancial do desemprego real e oculto;
- Agravamento da espiral inflacionista e subida acentuada do custo de vida;
- Desequilíbrio crescente da balança de pagamentos;
- Total bloqueamento e perturbações nos mercados financeiro e monetário;
- Aumento das assimetrias regionais na criação do produto nacional e na distribuição dos rendimentos gerados;
- Estagnação do desenvolvimento tecnológico e paragem da modernização do aparelho produtivo nacional;
- Deterioração gravíssima dos sistemas de gestão da economia nos sectores público e privado.

As causas directas que podem explicar este quadro económico, para além das apontadas anteriormente, podem seriar-se, sem qualquer pretensão de exclusividade mas sabendo ser por si suficientemente explicativas, pela seguinte enumeração:

- Ineficiência do aparelho político-administrativo;
- Indefinição das áreas de actuação dos sectores público e privado;
- Redução drástica das intenções de investimento e da capacidade de auto-financiamento;
- Falta de clarificação do papel a desempenhar pelo investimento estrangeiro;
- Formas descoordenadas e anarquizantes de controlo da produção nas empresas nacionalizadas ou com intervenção do Estado;
- Incapacidade do Estado em controlar eficientemente os sectores básicos nacionalizados, definindo uma política coerente de investimento público;
- Redução do ritmo de emigração e retorno de colonos;
- Alteração brusca dos hábitos de vida, expansão dos consumos correntes e inadaptação da oferta à procura dos bens de consumo;
- Aumento substancial dos custos de produção sem os correlativos aumentos de produtividade;
- Acréscimo dos preços e quantidades dos bens importados, como reflexo da crise conjuntural e das alterações verificadas nos "poderes de compra" internos;
- Diminuição das exportações para os mercados tradicionais: deficiente capacidade de competição em preço e qualidade, boicote político-económico e reflexo da crise geral do capitalismo;
- Redução das remessas dos emigrantes e das receitas do turismo;
- Diminuição acentuada na capacidade de recurso ao crédito externo;
- Quebra de confiança no sistema bancário, afectando seriamente a sua liquidez;
- Fuga de capitais;
- Hesitação e graves desvios na aplicação da reforma agrária;
- Deficiente exploração das potencialidades dos mercados externos;

A definição de um projecto de reconstrução para a economia nacional implica, para além da formulação e necessária execução de um plano económico e social, que desde já terá de ser iniciado, a tomada imediata de um certo número de medidas de emergência, assentes os pressupostos básicos que têm de presidir inequivocamente ao modelo que se deseja implantar de sociedade de transição para o socialismo, expressivamente escolhido pelo povo português:

- Definição clara de um projecto político de transição pacífica para o socia-lismo;
- Harmonização dos modelos político e económico;
- Restauração do clima geral de confiança e credibilidade dos orgãos do poder e nas instituições da vida pública;
- Criação das condições que garantindo a segurança física e moral das pessoas, preservem o direito à propriedade, sempre que este não possa ser o instrumento efectivo de exploração;
- Necessidade de intervenção na gestão e controlo pelos trabalhadores do aparelho produtivo nacional;
- Afirmação da importância da iniciativa privada e definição do seu campo próprio de actuação;
- Política de pleno emprego com diminuição progressiva, mas realista, dos saldos migratórios;
- Reconhecimento da importância do investimento estrangeiro na esfera de acção que lhe for delimitada, salvaguardando uma real independência nacional;
- Recusa de políticas isolacionistas, irrealistas e inviáveis;
- Reforço das estruturas sindicais, garantida a sua democracia interna;
- Política coerente e eficaz de nacionalizações;
- Implantação correcta da Reforma Agrária;
- Importância para o equilíbrio do sistema económico da existência de revitalizadas pequenas e médias empresas;
- Criação de um clima de vida de austeridade consequente;
- Adequada política de salários e rendimentos;
- Aceitação do carácter necessário de uma planificação global e sectorial, amplamente participada;
- Carácter social do solo urbano;
- Existência de um completo sistema de segurança social;

d. Definidos os pressupostos fundamentais do plano de reconstrução da economia nacional, que mais não são do que as linhas de orientação geral que traduzem, no campo da economia, as opções políticas que se caracterizaram, competirá ao Governo, no mais curto espaço de tempo, decretar um vasto conjunto de "medidas de emergência" que, sem alterar ou distorcer o sentido das modificações estruturais que têm de operar-se na nossa caminhada pacífica para o socialismo, possam reactivar a economia nacional, superando a alarmante crise económica em que vivemos e insuflando na sociedade portuguesa o sentido de esperança e futuro, profundamente arreigado no coração dos portugueses.

UM RECADO DO SÉCULO PASSADO

Em Agosto de 1892, o conselheiro João Crysóstomo de Abreu e Sousa, general de Divisão, ex-presidente de conselho de ministros e ministro da guerra, escrevia ao seu amigo e camarada Cristovam Ayres, uma carta deveras curiosa e tão ajustada a algumas situações do nosso tempo, que não resistimos a transcrever dela certas passagens.

Ao tempo, vivia-se com muita intensidade as sequelas das lutas liberais. O Ultimatum inglês era chama dolorosa que ainda ardia no coração dos patriotas portugueses. A revolta dos sargentos da guarnição militar do Porto, que se lhe seguira, deixara entreaberta a porta vermelho-verde dos ideais da República, enquanto as instituições monárquicas, por seu lado, cada vez mais se atolavam nos escândalos, na degradação moral, na corrupção e no princípio do fim do seu detestado reinado.

Três questões de organização, entre outras, preocupavam sumamente o autor da carta que passamos a citar:

1ª .''A da organização geral da administração pública, tanto central como local...''

2ª. ''A melhor orientação e organização da instrução pública...''

3ª. ''O povoamento e melhor cultivo e aproveitamento de terrenos incultos ou mal aproveitados...''

Como se pode ver pelos títulos, três problemazinhos que hoje, quase cem anos depois, se apresentam candentes aos nossos olhos, particularmente aos directos atingidos e a quem, de uma maneira ou doutra, com alguns erros, mas com a maior das justiças, pretendeu ajudar a resolvê-los com a revolução de 1974. Referimo-nos à reforma agrária, claro está.

Em relação à primeira questão, dizia o general João Chrysóstomo:

''A organização administrativa de um estado é complemento necessário da sua constituição política e com ela se deve concordar. Aí, segundo os princípios de direito público e administrativo adoptados, se define e limita a intervenção dos poderes públicos nos negócios, quer de interesse geral, quer local, e o concurso e modo de representação desses mesmos interesses.''

''Sem a vida local com iniciativa e representação própria, sendo tudo só da iniciativa e interferência do poder central, o governo poderá ser tudo menos um governo liberal que satisfaça as necessidades e estado de civilização dos nossos dias.''

Um pouco mais à frente, e a propósito de erros e abusos no funcionamento desses corpos colectivos, mais da responsabilidade da máquina administrativa, ''uma máquina que se monta e desmonta para eleições'', continuava:

''Ultimamente vai a onda em sentido contrário e quase que anulamos a representação e iniciativa dos distritos, e restringimos muito a dos municípios. Mas não reparamos que erros e abusos da mesma natureza se têm dado no funcionamento dos poderes superiores, que os distritos não fizeram mais que imitar, com a única diferença que o poder executivo e o parlamento tinham nas leis faculdades para coibir muitos erros, que não coibiram; porque, enfim, todos estes tristes resultados são menos devido aos efeitos das leis, que aos vicíos dos costumes políticos, e às prepotencias dos influentes partidários e locais que nada respeitam e que não consideram a organização administrativa se não como uma máquina eleitoral.''

A segunda preocupação do prestigiado militar tinha a ver com o modo como era administrada a instrução pública nas escolas superiores:

''Não é sábio todo aquele que o quer ser, e no número dos diplomados com títulos científicos pelas escolas há muitos que não podem, ou não querem produzir trabalho verdadeiramente útil. Ora nós, do modo como o ensino está regulado, temos um grande número de escolas superiores que distribuem anualmente centenas de diplomas literários e científicos que não encontram emprego útil no país, e vão, por isso, fazer-se valer nas repartições e no parlamento. É daqui que nasce o número excessivo de empregados em quase todos os serviços públicos, porque todos os partidos quando vão ao poder tratam de colocar estes indivíduos diplomados que não encontram outra colocação.''

É, provavelmente, do tempo dos visigodos o estabelecimento de grandes latifúndios nas terras de Além-Tejo. Este território, com uma extensão pouco inferior à da Bélgica, banhado por três rios, ou que deles aproveita as suas potencialidades, sempre foi um palco apetitoso para muitas lutas à volta da posse da terra. Pode até dizer-se que ligada a essa constante estão os actuais limites da nossa existência como país.

Cristãos e muçulmanos pelejaram aí duramente nos alvores da nacionalidade e na sua posterior consolidação. Mesmo depois, com Castela, ou entre portugueses, as guerras continuaram. E como essas terras eram povoadas pelos povos vencidos, os terrenos caíram nas mãos dos grandes senhores que auxiliavam nas conquistas, ou as defendiam. Por outro lado, a fixação à terra das gentes simples não se fazia, como do Tejo para o norte, já que a ela não pertenciam. Ou tinham aí chegado para servirem os grandes senhores no amanho das terras e nas constantes escaramuças; ou depois, fornecendo o maior contingente para as descobertas e colonização dos domínios conquistados, sempre sujeitos à escravização de outros homens e da falta de liberdade, que seria minorada se tivessem acesso à posse da terra. Os escravos negros, mais tarde aí despejados, consolidaram essa realidade.

Para o insigne homem público e general de divisão, os problemas que o país enfrentava nesse ano de 1892 tinham muito a ver com a forma como os poderes públicos encaravam a política agrária em Portugal. Tal como ele escrevia, na sua carta a Cristovam Ayres, apontando a dedo a terceira causa de todos os males, ''a primeira base da grandeza das nações é sem dúvida a importância da sua população, tanto em número como em qualidade. Nenhuma parte de Portugal carece tanto que se lhe promova o repovoamento e cultivo como o território ao sul do Tejo que se estende até às serranias do Algarve.''

''Não se pense que as condições físicas do solo e clima do Alentejo sejam a origem deste lamentável abandono. Causas puramente políticas e económicas podem explicar satisfatoriamente este fenómeno social''.

''Às guerras, pois, assim como aos latifúndios, aos morgados, à emigração para as novas conquistas e ao absolutismo dos grandes proprietários, se deve pela maior parte o abandono desta parte do território da metrópole, que só poderia grangear-se com segurança e proveito à força de trabalho livre e perserverante e de capitais abundantes.''

A terminar a sua carta, e depois de sugerir alguma outras medidas para curar os males da sociedade portuguesa, reconhecia que elas seriam ineficazes se continuasse ''a pouca importância que hoje se dá à moral política, de onde resulta que os partidos aceitam, consideram e elevam certas influências perniciosas de que por fim se tornam escravos e que os desacreditam. Os políticos e honrados de todos os partidos são os primeiros interessados a pôr cobro nos processos indignos que tantas vezes se têm posto em prática para chegar ao triunfo de qualquer partido, ou para satisfação de condenáveis ambições pessoais.''

Dizia também, que ''outra enfermidade é a extrema passividade do cidadão português, não só quanto à acção legal que a lei lhe confere nos negócios públicos, mas ainda quanto ao seu critério acerca deles; é por isso que está sempre pronto a delegar o seu voto num procurador qualquer que se lhe ofereça, e fica mesmo muito satisfeito em não ter que pensar nas coisas públicas, em não fazer uso do seu entendimento, preferindo aceitar como dogmas tudo que vem escrito num jornal qualquer, que acata como seu director espiritual sem mais exame.''

(in. Hist. da Cavalaria Portuguesa - vol. II)

VAZA PINHEIRO

TRIBUNA LIVRE

Por razões que nada têm a ver com o conteúdo do documento que a seguir se publica, mas unicamente com as condições em que foi realizado o último número deste boletim, só agora é possível dar-lhe publicidade, assim como ao comentário que àquele documento fez oportunamente o Presidente da Direcção da A25A.

A OPORTUNIDADE PERDIDA

É do conhecimento geral (ou, pelo menos, daqueles que acompanham mais de perto a vida associativa) a crise que a Associação 25 de Abril atravessa. Se algumas dúvidas poderiam existir a tal respeito, elas ter-se-ão dissipado perante a reduzida presença de Sócios nas diversas comemorações do XV Aniversário da Revolução dos Cravos ou nas últimas Assembleias Gerais, em flagrante contraste com o entusiasmo e a comparência maciça verificados, há poucos anos, na primeira reunião plenária efectuada na Manutenção Militar.

Quais as razões desta evolução negativa cada vez mais acentuada? Será que os ideais de Abril cuja preservação e defesa a A25A se propôs, estão ultrapassados e deixaram de constituir um polo aglutinador?

Creio bem que não e fundamento este ponto de vista no prestígio e na aceitação plena que, exteriormente, se tem sabido conservar. Mas a realidade amarga é que, no âmbito interno, a desmotivação e a apatia ganham, cada vez mais, uma amplitude tal que não será ousado pensar que a própria existência da Associação se encontra em perigo.

Preocupado com este facto e tendo procurado analisar as suas origens, sou levado a concluir que, fundamentalmente, ele se deve à incapacidade de dinamizar a vida associativa por forma a reactivar o entusiasmo e a participação gerais.

Não há, nestas palavras, a mínima crítica às diversas Direcções que, ao longo dos tempos, com o seu esforço e a sua dedicação contribuiram para conservar acesa a chama do 25 de Abril. Há, apenas, uma constatação que, embora podendo não corresponder à realidade, se me afigura como a mais lógica para explicar o que se passa.

É certo que a mudança de Sede para a actual localização criou dificuldades adicionais e impede uma maior vivência entre Associados. Mas da parte destes parece não haver grande preocupação em alterar a situação, pois não será com os cerca de 7.000 contos existentes que se tornará viável a edificação de novas instalações, para as quasi se dispõe já de terreno. E, assim, o problema mantém-se em aberto.

Por outro lado dir-me-ão (e é perfeitamente correcto) não ser possível fazer mais quando as carências financeiras são enormes por haver grande número de Sócios que há anos não pagam quotas. Mas também será verdade, segundo julgo, que a maior parte desses Sócios não regulariza a sua situação porque considera ter a Associação perdido a sua capacidade de intervenção.

Estamos, assim, perante um círculo vicioso difícl de desfazer e que seria ultrapassável com uma reformulação da vida associativa. Essa reformulação passava, indubitavelmente, pela revisão dos Estatutos e do Regulamento Interno por forma a permitir que os Apoiantes se pudessem tornar Sócios de pleno direito, viabilizando o aproveitamento do enorme potencial que, nos mais diversos campos, eles detêm.

Por isso, nas Assembleias Gerais em que os Estatutos e Regulamento Interno foram analisados, tive a oportunidade de pôr com clareza o dilema: Ou a A25A continuava a considerar-se pertença exclusiva das Forças Armadas e, inevitavelmente, estiolaria até à morte ou abria a porta aos civis e teria possibilidade de reassumir a posição de que já desfrutara.

Felizmente o bom senso prevaleceu e a nova situação de Sócios efectivos para os não militares acabou por ser aprovada, embora tenha suscitado larga controvérsia.

Chegava, assim, a altura de dar a mão aos civis, de aproveitar todas as suas capacidades, de os fazer intervir activamente. Não tinha quaisquer dúvidas de que tal era possível pois os Apoiantes que integraram a Comissão Organizadora do XV Aniversário do 25 de Abril desenvolveram uma acção notável, plena de entusiasmo e dedicação, e certamente muitos mais haveria como eles.

Por isso grande foi a minha surpresa ao verificar que nas listas propostas para os novos Orgãos Sociais da Associação não figurava um único civil. Porquê?

Porque a sua passagem a Sócios efectivos só se concretizaria na mesma Assembleia Geral em que se realizavam as eleições? Tal não tem cabimento, pois estas só tinham lugar depois de ratificada a mudança de situação.

Porque não fora possível contactá-los e/ou obter a sua anuência? Ter-se-á, na verdade, feito essa diligência e procurado deliberadamente integrá-los nas listas? Tenho, com franqueza, as maiores dúvidas a tal respeito.

Considero que assim se perdeu uma oportunidade única de reactivar a Associação. Esta continuará, portanto, a arrastar-se penosamente, sem marcar uma posição clara e pronta perante os acontecimentos do dia a dia nacional, sem intervenção rápida na defesa dos ideais de Abril, sem desenvolver uma actuação dinâmica e motivadora traduzida em actividades diversificadas que provem, inequivocamente, que se mantém viva.

Por isso, e com profunda mágoa, votei contra as listas apresentadas, cortando-as de alto a baixo. Não porque os Camaradas que as integravam me merecessem quaisquer reservas mas por considerar que não fora devidamente enquadrada a possibilidade de dar de novo ritmo à vida da Associação.

Não sei se fui o único que assim procedeu. Lamento-o sinceramente. Mas, na verdade, tinha de ser coerente comigo próprio.

Todavia, como é óbvio, a posição que assumi não impede que, dentro das minhas disponibilidades e capacidades, continui pronto a dar a minha colaboração em tudo o que for considerado necessário. O espírito do 25 de Abril que nos irmana supera, sem dúvida, uma mera divergência pontual.

E espero que o erro agora cometido venha a ser corrigido em futuras eleições. Se tal ainda for a tempo...

NUNO FISHER LOPES PIRES

TRIBUNA LIVRE
COMENTÁRIO DO PRESIDENTE DA DIRECÇÃO

Embora não pretenda entrar em polémica, sabendo que o Lopes Pires me não pretende atingir, seja-me permitido um pequeno comentário como - quer se queira, quer não - principal alvo do artigo.

Em primeiro lugar, direi que concordo em absoluto com os considerandos iniciais, tendo aliás manifestado já por diversas vezes essas preocupações, quer em artigos no Referencial, quer em intervenções várias, nomeadamente nas sessões da Assembleia Geral da A25A. Nesse sentido, fui também um dos primeiros defensores das alterações aos Estatutos e Regulamento Interno que permitiram a obtenção da categoria de Sócio a todos os cidadãos portugueses, independentemente da sua natureza de militar ou de civil.

Por isso mesmo e por considerar que o marasmo em que se vive, a rotina e o autêntico ciclo vicioso que se instalaram na vida da nossa associação, se poderiam romper com a substituição dos responsáveis, procurei não continuar no cargo de Presidente da Direcção, tendo para o efeito dado disso conhecimento na Assembleia Geral Extraordinária que se realizou antes das eleições e tendo desenvolvido esforços e diligências para promover uma candidatura aos Corpos Sociais. E acreditem que não o fiz, nem para armar em importante, nem para me transformar em indispensável, nem para reforçar a minha posição. Até porque, como informei na altura, tinha razões pessoais que justificavam que procurasse ficar com "as mãos livres", como se costuma dizer, face a opções que admitia tomar. Não foi possível, no entanto, encontrar outra solução. As razões serão diversas, mas considero não me caberem nisso quaisquer responsabilidades.

Decidi assumir-me novamente como candidato a Presidente da Direcção e, nesse sentido, solicitei ajuda para a elaboração da lista. Não foi fácil, como se sabe. Os voluntários não abundam. Pessoalmente, não tomei a iniciativa de convidar qualquer civil para a lista, mas o facto é que ninguém - nem mesmo o Fisher Lopes Pires, que participara em reuniões que promovi para procurar encontrar soluções - me sugeriu a inclusão de qualquer civil nos corpos sociais. E escusado será dizer que não levantaria quaisquer objecções, antes pelo contrário, a essa solução.

Esperemos pelo futuro, confiantes em que continuaremos a ir a tempo.

VASCO LOURENÇO

Mensagem à Primeira Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Em 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas pôs fim ao regime fascista e colonialista que em Portugal mantinha todo um povo manietado, reprimido e obscurantizado, ao mesmo tempo que, teimosamente, lutava contra os ventos da História, impondo o colonialismo, mesmo que para isso tivesse de sustentar uma guerra que se prolongava, em três frentes distintas, havia 13 anos.

Com esse acto libertador, o MFA pôs fim a essa guerra injusta e evitável, acelerou as condições necessárias à independência dos povos colonizados e à criação de novos países irmãos. Com o 25 de Abril abriram-se as portas a um futuro relacionamento fraterno e privilegiado entre os povos de Portugal e os povos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, bem como os povos de Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Timor.

Esta Primeira Conferência de Antigos Combatentes é bem a prova do que afirmámos.

Hoje, aqui, está-se a continuar o 25 de Abril de 1974.

A Associação 25 de Abril, que integra a esmagadora maioria dos militares que realizaram essa gesta heróica e patriótica da nossas História, sente-se orgulhosa ao verificar que, apesar de uma guerra violenta e prolongada, os antigos inimigos se encontram e irmanam na procura de soluções comuns para os graves problemas que a condição de vítimas dessa guerra lhes criou e continua a criar.

A Associação 25 de Abril recorda as muitas vítimas timorenses que a agressão do regime fascista da Indonésia continua a provocar no povo maubere, e protesta contra a hipocrisia dos países que, dizendo-se defensores dos direitos humanos, pactuam com o monstruoso holocausto de que esse povo irmão vem sendo vítima. Esperamos que a subversão democrática chegue em breve à Indonésia e com ela a independência de mais um país que se exprima oficialmente em Português.

Da mesma forma, a Associação 25 de Abril formula votos veementes para que a paz em Angola e em Moçambique seja um facto muito em breve, pondo-se assim fim a guerras fratricidas que continuam a causar muitas vítimas e a manter os povos angolanos e moçambicanos afastados da paz e da felicidade a que têm direito.

Ao saudar todos os participantes, colectivos e individuais, na Primeira Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, e em particular a Associação dos Deficientes das Forças Armadas que teve tão feliz e importante iniciativa, a Associação 25 de Abril deseja ardentemente que aqui se contribua decisivamente para abrir e consolidar novos espaços de um bom e correcto relacionamento entre os antigos combatentes e vítimas dessa guerra que podia ter sido evitada, mas que foi fundamental para a independência dos novos países de expressão oficial portuguesa, e até para o 25 de Abril que lhe pôs fim e abriu as portas à Liberdade e à Democracia em Portugal.

Cordiais e fraternas saudações.

O PRESIDENTE DA DIRECÇÃO
Vasco Correia Lourenço

CONVITES RECEBIDOS

- COOPERATIVA ÁRVORE
Exposição de C. Guilherme Mesquita
3-5-90

- COOPERATIVA ÁRVORE
Lançamento do Livro "Coisas Luminosas" com poemas de J. Dias de Souza e Litografias de Alberto Pessimo
4-5-90

- A COOPERATIVA ÁRVORE E A EDITORA THESAURUS
Sessão evocativa do poeta Luis Veiga leitão
8-5-90

- RESTAURANTE "PINTADO DE FRESCO"
Exposição de pintura de LINDORFO e artesanato índio e do Equador
9-5-90

- GALERIA LIBERDADE 190
Exposição de Pintura Soviética no Tempo da Perestroika
11-5-90

- FEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA E RECREIO
Comemoração do 66º Aniversário
12-5-90

- COM. ORGANIZADORA DO CONGRESSO DO MDP/CDE
Convite para sessão de abertura e sessão de encerramento
12/13-5-90

- TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA
Estreia da peça "Felicidade e Erva Doce" de Peter Shaffer
17/23-5-90

- CANTIGAS DE MAIO/ASSOCIAÇÃO ZECA AFONSO
Exposição de pintura "Formas de Dizer"
18-5-90

- O GSAL - GRUPO DE ESTUDOS E SOLIDARIEDADE COM A AMÉRICA LATINA
Colóquio "Amazónia tem que ser"
18-5-90

- PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Convite para sessões do XIII Congresso
18/19/20-5-90

- CANTIGAS DE MAIO/ASSOCIAÇÃO ZECA AFONSO
2ª Exposição Internacional de Arte Postal/Minorias
Exposição "Tabernas, lugares de vinho e encontro em Setúbal"
19-5-90

-GALERIA DE ARTE CAPITEL
Exposição de Luis Castro Lobo
19-5-90

- ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
1ª Conferência de antigos combatentes
19/24-5-90

- TEATRO DA CORNUCÓPIA
Estreia de "Um Poeta Afinado" de Manuel de Figueiredo
24-5-90

- COOPERATIVA ÁRVORE
Exposição de Ru Aguiar - Trabalhos de 88/89
24-5-90

- COM. ORGANIZADORA DO IX CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Convite para sessões
25/26/27-5-90

MOVIMENTO ZLAN
Convite para o IV Encontro Nacional
1/2-6-90

- TEATRO DE PESQUISA "COMUNA"
"Um eléctrico chamado desejo" de Tennessee Williams
1-6-90

- COOPERATIVA ÁRVORE E A OFICINA MUSICAL
Espectáculo musical "Conversa entre um contra-baixo e uma inquietação"
2-6-90

- TEATRO DE PESQUISA "COMUNA"
"O estrangeiro em casa" de Richard Djarcy
2-6-90

- CLUBE DE SARGENTOS DA AERONÁUTICA
Romagem à campa do SARG. AJU. Manuel António
6-6-90

- ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LISBOA DO PCP
Debate "A legislação eleitoral portuguesa, os sistemas eleitorais"
6-6-90

- ASSOCIAÇÃO DE APOIO À REFORMA AGRÁRIA
Debate sobre a situação da Reforma Agrária e o Desenvolvimento Agrícola do País
7-6-90

- EMBAIXADA DE CABO VERDE
Palestra sobre Economia Caboverdiana
7-6-90

- MOVIMENTO CRISTÃO PARA A PAZ
Exposição "Timor-Leste um povo em percurso" de Elaine Briere
11-6-90

- GALERIA QUADRADO AZUL
Exposição de pintura de Carlos Velilla
13-6-90

- COOPERATIVA ÁRVORE
Inauguração da Exposição de trabalhos dos alunos finalistas dos Cursos Superiores de Desenho e Pintura
15-6-90

- MOVIMENTO CRISTÃO PARA A PAZ
Espectáculo "Timor- Leste não pode ser escravo de mais ninguém" pelo grupo "GRITO"
16-6-90

- PARTIDO RENOVADOR DEMOCRÁTICO
Sessão de encerramento da IV Convenção Nacional
17-6-90

- PARA GANHAR 91
Colóquio sobre "Integração das Minorias Etnicas na Area Urbana de Lisboa"
18-6-90

- COOPERATIVA ÁRVORE
Cocktail de Poesia para a apresentação do livro "Obra quase incompleta" de Alberto Dimenta
19-6-90

COOPERATIVA ÁRVORE
Exposição de Esculturas e Desenhos de José Berrigas
Exposição de Cerâmica dos Antigos Povos da Amazónia
22-6-90

- CLUBE DE SARGENTOS DO EXÉRCITO
Comemorações do 7º Aniversário da sua Fundação
23-6-90

- SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES
Lançamento do livro "Fernando Lopes Graça e o Coro da Academia de Amadores de Música" de Viriato Camilo
25-6-90

- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL
Inauguração da "Exposição 25 Abril"
4-7-90

- CLUBE DE SARGENTOS DA AERONÁUTICA
Comemoração do seu 4º Aniversário
8-7-90

- COVINA
Comemoração do XV Aniversário da Nacionalização
10-7-90

- COOPERATIVA ÁRVORE
Exposição de desenho "O negro pó da grafite" de Graça Martins
Exposição de Pintura de Isabel Sá
Exposição de Aguarela/Guache de José Emídio
Exposição "A Arte Contemporânea de Moçambique"
12-7-90

- COOPERATIVA ÁRVORE
"X Exposição Colectiva da Árvore"
3-8-90

- RESTAURANTE "PINTADO DE FRESCO"
Espectáculo de Teatro
6-8-90

- COOPERATIVA CAPITÃES DE ABRIL - VIANA DO CASTELO
Inauguração de 114 Fogos
8-8-90

- COMISSÃO EXECUTIVA DA "FESTA DO AVANTE"
Festa do Avante
7/8/9-9-90

- MURPI
VIII Plenário Nacional
29-9-90

VAMOS APRENDER BRIDGE! (10)

Receber-se a "saída" sobretudo quando se tem uma mão forte e carregada de "fourchettes", como são normalmente as que abrimos em 1 ST, é obviamente uma situação que, em grande percentagem de casos, permite o ganho de uma vaza ao carteador. Por tal facto, e sempre que possível, deve ser explorada essa situação com a produção dum leilão que tenha em conta esse objectivo táctico.

As razões referidas levaram ao aparecimento duma convenção (TEXAS) que procurou resolver o problema para as aberturas em ST, quer as mesmas sejam efectuadas ao nível 1 quer ao nível 2.

1 - A CONVENÇÃO "TEXAS"

Esta convenção consiste basicamente, no anúncio **artificial** do naipe imediatamente inferior ao naipe de 5 ♥ ou ♠ que **realmente** o parceiro do abridor em ST possui:

A utilização desta convenção é normalmente feita em conjugação com o "STAYMAN", ao qual "acrescenta" as seguintes vantagens:

a - Permite que a mão forte (abridor em ST) seja o carteador, recebendo a saída.

b - Suprime a "obrigação" do salto, previsto pelo STAYMAN, em 3 ♥ ou em 3 ♠ imediatamente como resposta à abertura e que corta "espaço" de marcação que poderia ser utilizado para melhor definir a mão que temos.

2 - AS RESPOSTAS "TEXAS" ÀS ABERTURAS DE 1 ST

Utilizando o "TEXAS" o parceiro do abridor deverá declarar:

2 ♦ : - Com, pelo menos, 5 cartas de ♥

2 ♥ : - Com, pelo menos, 5 cartas de ♠

2 ♠ : - Com 6 cartas em ♣ ou ♦

3 - RESPOSTAS À ABERTURA DE 1 ST UTILIZANDO O "STAYMAN" E O "TEXAS"

Conjugando a utilização das duas convenções podemos sintetizar as respostas do parceiro do abridor no seguinte quadro:

Sem 4 cartas em ♥ ou ♠	Com 0 a 7 PH passe ou no caso de ter 6 cartas em ♣ ou em ♦ diga 2 ♥ (TEXAS) obrigando o abridor a dizer 3 ♣ que poderá corrigir para 3 ♦ , se for esse o seu naipe. Com 8 ou 9 PH diga 2 ST Com 10 PH ou mais diga 3 ST
Com 4 cartas em ♥ ou ♠	Com 0 a7 PH passe Com 8 PH ou mais diga 2 ♣ (STAYMAN)
Com 5 (ou mais) cartas em ♥ ou ♠	Diga 2 ♦ ou 2 ♥ (TEXAS) conforme o seu naipe seja ♥ ou ♠

Da análise do que dissemos, e até porque "não há bela sem senão", facilmente concluimos que a utilização conjugada do STAYMAN com o TEXAS não permite jogar 2 ♦ , voz que utilizando apenas o STAYMAN, era uma paragem obrigatória do leilão para o abridor.

Mas as vantagens adicionais conseguidas pela utilização conjunta das duas convenções, compensam sobremaneira que as incluamos, simultaneamente, no nosso sistema.

4 - EXEMPLOS DE MARCAÇÕES

Poderá parecer complicado ou confuso o desenvolvimento do leilão com a utilização do TEXAS conjugado com o STAYMAN. Não o é, como poderão constatar pelos exemplos que a seguir apresentamos, partindo do princípio de que o abridor "abriu" em 1 ST:

Mão do respondente	Voz do Correspondente		2ª Voz do abridor em 1ST
	Utilizando o "STAYMAN"	Utilizando "STAYMAN" + "TEXAS"	
♠ D10 ♥ V97642 ♦ 1087 ♣ 42	2 ♥	2 ♦	2 ♥ , a que o parceiro responderia "passo"
♠ V97632 ♥ A3 ♦ DV97 ♣ 5	4 ♠	2 ♥	2 ♠ , a que o parceiro deverá anunciar 4
♠ R8 ♥ 104 ♦ V87532 ♣ 963	2 ♦	2 ♠	3 ♣ , que o parceiro do abridor corrigirá para 3
♠ R10874 ♥ AV96 ♦ D95 ♣ 2	2 ♣ (melhor voz que 3 ♠)	2 ♥ a)	2 ♠ , a que o parceiro do abridor deverá dizer 3 ♥ , anunciando assim a distribuição e a intenção de jogar partida
♠ R1097 ♥ AV853 ♦ V94 ♣ 3	2 ♣	2 ♦	2 ♥ a que o parceiro do abridor deverá dizer 2 ♠

(Continua na última página)

(Continuação da página 15)

a) - Neste caso o parceiro do abridor poderia também utilizar a voz de 2 ♣, fazendo aquilo a que se chama um "falso STAYMAN". Sobre uma resposta em ♥ ou ♠ marcaria de imediato partida nesse naipe. Se "ouvisse" 2 ♦ ou 2 ST diria 3 ♠ o que indicaria ao abridor a sua distribuição com 5 ♠ e 4 ♥, pois se não detivesse uma mão desse tipo não fazia sentido o leilão desenvolvido.

5 - CONCLUSÃO

Quando apresentámos os desenvolvimentos do STAYMAN e do TEXAS nunca dissemos serem os mesmos os únicos possíveis. Não o são realmente, aparecendo várias versões de outros tantos autores.

Não se admirem pois que venham a ter conhecimento de variantes algo diferenciadas, e quiçá mais complexas, das que lhes apresentámos.

As que descrevemos são, talvez, as mais divulgadas no meio dos bridgistas até porque não são complicadas.

Aqui fica o alerta e a recomendação de que a prática e a inclusão destas convenções, no sistema que praticarem, tornará o vosso bridge muito mais forte, especialmente na marcação de mãos em que o abridor declarou 1 ST.

Recomendo pois, vivamente, que as utilizem.

Até ao próximo número.
Luis Galvão

Era da Liberdade

Toda a noite ouvi estoirar,
Foguetes de LIBERDADE,
Era um povo a festejar,
Com leda solenidade,
A doação militar.

Homens, mulheres, crianças,
Num só grito de prazer,
Todo um mundo de esperanças,
Massa do mesmo querer,
De mãos dadas sem vinganças.

Oh, anos tantos, dia infindo!
Viva Abril na liberdade!
Ri, chora, brama a gente,
Que universo esfusiante,
Não há ninguém indiferente,
Tão verdadeira a verdade,
Que na carne também sinto,
Toda alegria escaldante,
Deste dia vinte cinco.

25 de Abril de 1987
Lourenço Gonçalves
Apoiante nº 893

(Continuação da primeira página)

tar. Sem alardes, sem procurar evidenciar-se, mantendo-se, isso sim, em permanente ligação e sintonia com o CEME com quem estabeleceu, desde esse tempo e ao longo dos anos que se lhe seguiram até à sua morte, uma sólida e franca amizade.

Ainda no passado dia 15 de Maio jantámos juntos. Dias depois procurou-me, no lugar onde trabalho, para me pedir elementos para um estudo que pretendia efectuar sobre a descolonização. Fiquei de lhos fornecer e ele de voltar com mais indicações. Mas nunca mais voltou e eu não tornei a vê-lo vivo porque, entretanto, adoeceu.

Sacramento Marques conservou-se sempre, até à morte, fiel ao espírito e aos ideais de Abril. Esta atitude, firme e coerente, nunca lhe foi perdoada pelas forças reaccionárias que não mais deixaram de o perseguir. Iníquas preterições vieram prejudicar o curso da sua carreira militar, acabando por o levar a passar à reserva, no posto de Coronel, ele, que teria sido um General de eleição. No entanto, as flagrantes injustiças que lhe foram sendo feitas, expressas nas perseguições e nas preterições de que foi alvo, não foram capazes de o abater porque Sacramento Marques era um homem de espírito forte, corajoso e combativo, que o levou a enfrentar, decidido, a assembleia selvagem - que alguns preferem considerar revolucionária - que se auto-constituiu na sequência dos acontecimentos do 11 de Março. Quando a emoção atingiu o rubro, atiçada pelo perigo real que se vivera umas horas antes, alguns espíritos conturbados começaram a pedir fusilamentos. Corria-se o risco da chama se altear e de se perder o controlo da situação, controlo esse, aliás, muito mal definido. Foi então que Sacramento Marques avançou, corajosamente, para enfrentar uma multidão meio-descontrolada. Em voz forte e segura, emocionada e emocionante, verberou os extremismos, repudiou os fusilamentos e criticou o carácter anárquico que a assembleia começava a apresentar. À medida que foi falando, os espíritos foram-se aquietando e foi já, num relativo sossego, que terminou a sua vibrante intervenção logo secundada por Cabral Silva. E os fusilamentos ficaram por fazer.

Era assim Sacramento Marques, um homem bom e generoso, amigo do seu amigo e um militar íntegro e valoroso. Parecia que nada seria capaz de o vencer, de o derrubar. Mas o que certos homens mesquinhos não conseguiram, conseguiu-o a morte. Partiu no dia oito do mês de Julho deixando o nosso mundo de Abril mais vazio, mais pobre, mais só.

Adeus amigo, até sempre.

CARLOS FABIÃO

TRÊS CAPITÃES DE ABRIL

Os anos não perdoam e a lei da vida vai-se fazendo sentir. Há momentos, no entanto, em que nos parece bem difícil, impossível mesmo, aceitar as suas consequências. Este período foi um deles. Deixaram-nos, para sempre, Amigos verdadeiros, autênticos Capitães de Abril, Homens verticais de antes quebrar que torcer.

Ficámos mais pobres, sem o FRANCISCO REBELO GONÇALVES, o JAIME RAUL FALCÃO DE SOUSA e o ALCIDES SACRAMENTO MARQUES, três homens de Abril desde a primeira hora, a cujo ideal se mantiveram fiéis, o que lhes criou problemas graves nas respectivas carreiras profissionais.

Até sempre Amigos, procuraremos continuar a luta que também foi vossa. Até sempre.

VASCO LOURENÇO

SÓCIOS FALECIDOS

- COR. INF - FRANCISCO ANTÓNIO RICARDO DA SILVA REBELO GONÇALVES
Sócio Efectivo nº71 (Fundador)
FALECEU EM 14-5-90

- COR. FAP - JAIME RAUL FALCÃO DE SOUSA
Sócio efectivo nº19 (Fundador)
FALECEU EM 26-6-90

- COR. INF. ALCIDES JOSÉ SACRAMENTO MARQUES
Sócio Efectivo nº474 (Fundador)
FALECEU EM 8-7-90

- SARG. AJU. CAV. - AURÉLIO MÁRIO MOREIRA DE AZEVEDO CRUZ
Sócio Efectivo nº1891
FALECEU EM 8-8-90

- URBINO CARLOS MACEDO FERREIRA
Sócio Efectivo nº1901
FALECEU EM 31-8-90